

Ecoturismo inclusivo para Pessoas com Deficiência em parques naturais no estado do Rio de Janeiro

Inclusive ecotourism for People with Disabilities in natural parks in the state of Rio de Janeiro

Thiago Ferreira Pinheiro Dias Pereira

Resumo

O turismo pode desempenhar importante papel na promoção do bem-estar social, sendo necessário garantir o acesso aos bens, equipamentos, atrativos e serviços para todos, possibilitando, assim, a igualdade de direitos e de condições entre os envolvidos na atividade. Este artigo tem por objetivo descrever e analisar os resultados preliminares do projeto intitulado *Ecoturismo inclusivo para Pessoas com Deficiência: reflexões, estratégias e ações em Unidades de Conservação do estado no Rio de Janeiro*, desenvolvido no Departamento de Turismo da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. As etapas metodológicas do projeto incluem revisão bibliográfica; coleta de dados primários (vistorias nas UCs e aplicação de questionários); análises quantitativas e qualitativas; diagnóstico das UCs (categoria parque – nacionais, estaduais e municipais); e atividades com grupos. Como resultados parciais, destacam-se: revisões bibliográficas; diagnóstico em nove UCs; parcerias com instituições para pessoas com deficiência (PcD) e idosos; e organização de um seminário sobre a temática. Verificou-se que um número significativo de parques naturais não possui planejamento ou atividades, nem infraestruturas adequadas para atender às demandas desses grupos, o que torna essa questão extremamente relevante para o estado e o país.

Palavras-chave

Turismo. Unidades de Conservação. Parques Naturais. Acessibilidade. Pessoas com Deficiência. Ecoturismo Inclusivo.

Abstract

Tourism can play an important role in promoting social well-being, requiring the guarantee of access to goods, equipment, attractions, and tourist services for all, thus enabling equality of rights and conditions among those involved in the activity. This article aims to describe and analyze the preliminary results of the project entitled "Inclusive ecotourism for People with Disabilities: reflections, strategies, and actions in natural parks in the state of Rio de Janeiro", developed at the Tourism Department of the State University of Rio de Janeiro. The methodological steps of the project include literature review; collection of primary data (visits to natural parks and questionnaire application); quantitative and qualitative analyses; diagnosis of natural parks (national, state, and municipal); and activities with groups. As partial results, it is highlighted: literature review; diagnoses in nine natural parks; partnerships with institutions focused on people with disabilities and the elderly; and the organization of a seminar on the subject. Finally, it is noted that a significant number of natural parks do not have activities, plans, or adequate infrastructure to meet the demands of these specific groups, making this issue extremely relevant within the state and across the nation.

Keywords

Tourism. Protected Areas. Natural Parks. Accessibility. People with Disabilities. Inclusive Ecotourism.

1. Introdução

De acordo com o documento *Turismo e acessibilidade: manual de orientações* (Brasil, 2006), o turismo pode desempenhar importante papel na promoção do bem-estar social, sendo necessário garantir o acesso aos bens, equipamentos, atrativos e serviços turísticos para todos, possibilitando, dessa forma, a igualdade de direitos e de condições entre os envolvidos na atividade.

Apesar das normas técnicas de acessibilidade e das leis em vigor, a maioria dos estabelecimentos de hospedagem, empresas de transporte, locais para alimentação, centros comerciais e pontos turísticos não são acessíveis e carecem de preparação para acolher pessoas com deficiência (PcD) e mobilidade reduzida. Há escassez de profissionais capacitados para uma comunicação efetiva com este público, e

a infraestrutura pública inadequada representa uma das principais limitações para o desenvolvimento do turismo acessível. Barreiras arquitetônicas, urbanísticas e de transporte dificultam e, em muitos casos, impedem o pleno exercício do direito de locomoção de PcD ou mobilidade reduzida, especialmente durante atividades turísticas, de lazer e culturais (MTUR, 2021). Embora os estudos realizados pelo Ministério do Turismo indiquem o potencial do turismo acessível, o setor turístico tem demonstrado pouco interesse em atender às necessidades de instalações para PcD ou mobilidade reduzida (MTUR, 2023).

Especificamente no cenário brasileiro, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), Lei Federal nº 9985/2000, é o documento oficial norteador para a criação de áreas naturais protegidas, as quais, neste caso específico, recebem a denominação de Unidades de Conservação (UCs) e são divididas em duas categorias gerais: as UCs de uso sustentável (influenciadas pela visão conservacionista), e as UCs de proteção integral (baseadas na postura preservacionista) (Brasil, 2000, art. 7º).

O SNUC (Brasil, 2000) também determina que atividades educativas, recreativas e de interpretação ambiental devem ser promovidas pela gestão das UCs, principalmente através da visitação e do uso público dessas áreas (Brasil, 2000, art. 3º). O turismo, por meio do ecoturismo, e dos turismos de aventura e de contemplação, quando conduzido de maneira correta, tem grande relevância, podendo garantir a manutenção da biodiversidade consorciada com o uso social, a valorização da área natural protegida, a geração de receita para seu funcionamento, maior fiscalização e proteção, além de outros benefícios, como trabalho e aumento na renda das populações autóctones e do entorno dessas áreas (Barros, 2003).

Com base nos dados apresentados no documento *Turismo acessível: mapeamento de atrativos, empreendimentos, produtos e serviços*, produzido pelo Ministério do Turismo (2023), observa-se um número reduzido de estruturas, atividades e oportunidades voltadas para PcD – incluindo pessoas com deficiência intelectual (PcDI) e mobilidade reduzida – nos parques naturais existentes no estado do Rio de Janeiro. Essa realidade faz com que estes grupos sejam, de certa forma, excluídos dos ambientes naturais, e, portanto, impedidos de usufruir os benefícios que as experiências de contato com a natureza podem proporcionar para o bem-estar e para a qualidade de vida dos indivíduos (Souza; Ribeiro, 2021).

O artigo visa descrever e analisar os resultados e desafios preliminares do projeto intitulado *Ecoturismo inclusivo para pessoas com deficiência: reflexões, estratégias e ações em unidades de conservação do estado no Rio de Janeiro*. O projeto, iniciado em agosto de 2022, encontra-se em andamento, sendo desenvolvido no Departamento de Turismo da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (DTUR/UERJ), vinculado à Pró-Reitoria de Graduação (PR-1), financiado pelo Departamento de Estágios e Bolsas (CETREINA/UERJ) e coordenado pelo autor.

Como objetivos específicos, o projeto busca realizar levantamentos bibliográficos acerca das principais metodologias utilizadas em atividades de educação e de percepção ambiental, bem como sobre o ecoturismo inclusivo para PcD, PcDI e mobilidade reduzida; desenvolver um diagnóstico da realidade das ações, projetos e estruturas voltadas ao ecoturismo inclusivo em UCs no estado do Rio de Janeiro (incluindo parques nacionais, estaduais e municipais); propor estratégias, metodologias e ações voltadas ao ecoturismo inclusivo; fazer parcerias com instituições e associações voltadas para PcD e idosos; elaborar um guia sobre ecoturismo inclusivo no estado do Rio de Janeiro; e planejar e realizar atividades práticas em áreas naturais (trilhas, exercícios físicos, rodas de conversa etc.), com os grupos mencionados.

Na tentativa de cumprir essa tarefa, o artigo foi estruturado da seguinte forma: i) introdução da temática e apresentação dos objetivos; ii) revisão bibliográfica contendo questões relativas às áreas naturais protegidas, ao uso público através do turismo e do turismo inclusivo, e acessibilidade; iii) metodologia; iv) resultados e discussão; v) considerações finais; e vi) referências.

A relevância do estudo reforça o debate sobre práticas sociais e formas de manejo que podem contribuir para uma relação sociedade/natureza mais harmônica e sustentável, de forma a minimizar os impactos

socioambientais, garantindo a conservação da biodiversidade, e o desenvolvimento de ações de inclusão social de PcD, PcDI e pessoas com mobilidade reduzida, além de incentivar a aproximação de turistas e de moradores às UCs localizadas no estado do Rio de Janeiro. Espera-se, portanto, contribuir para a construção de um turismo mais inclusivo, alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, especialmente aos objetivos 3 (boa saúde e bem-estar), 4 (educação de qualidade), 10 (redução das desigualdades) e 15 (vida sobre a Terra) (ONU, 2015).

2. Revisão bibliográfica sobre turismo inclusivo em UCs

As paisagens naturais têm sido alteradas pela ação humana desde nossos primeiros passos na superfície terrestre. A partir da segunda metade do século XX, principalmente, o modelo de desenvolvimento econômico hegemônico (capitalista/urbano/industrial) passou a se sustentar na intensa utilização dos recursos naturais. Nota-se, então, o surgimento de uma situação denominada como crise ambiental, em que os problemas e impactos passaram a ocorrer em escala local, regional e global (Pereira, 2012).

Nas últimas décadas, a questão ambiental deixou de ser tratada apenas no âmbito governamental, ganhando grande relevância nos movimentos sociais, os quais, dentre uma variada gama de temas, começaram a discutir também essa problemática. Com isso, a sociedade civil passou a ter um papel cada vez mais significativo na luta pela proteção da natureza. De qualquer forma, o importante é que as questões abordadas sejam trabalhadas visando à busca por estratégias e ações efetivamente sustentáveis nas esferas econômica, social e ambiental, e que, nesse processo, as particularidades encontradas nas escalas local, regional e global também sejam levadas em consideração (Pereira, 2012).

Uma das principais estratégias adotadas pelas sociedades humanas para enfrentar o agravamento das questões ambientais foi a criação de áreas naturais protegidas. No entanto, em muitos casos, essas áreas acabaram sendo exploradas para atividades comerciais e de lazer, principalmente através do turismo, transformando em recursos essas paisagens naturais (Pepper, 1996).

Portanto, por meio da visitação e do uso público desses ambientes, o turismo – mais especificamente o ecoturismo – poderia apresentar papel relevante no processo de apropriação, pois faria com que os bens naturais e culturais se tornassem atrativos e objetos do fenômeno turístico; situação na qual, em princípio, não haveria desgaste sistemático ou a consumação total desses recursos (Andrade, 2004). Por outro lado, de maneira crítica, é importante observar os evidentes custos potenciais e os impactos socioambientais resultantes da atividade turística em parques naturais. Tais impactos incluem a degradação do meio ambiente, as injustiças e instabilidades econômicas e as mudanças socioculturais negativas (Boo, 1999).

No planejamento das atividades, uma avaliação eficaz do impacto ambiental é crucial, pois não apenas apoia a tomada de decisões, como também prevê os efeitos que as atividades podem causar ao meio ambiente. Neste sentido, a combinação da avaliação de impacto ambiental com o monitoramento dos impactos do turismo e da recreação é fundamental para preservar áreas protegidas (Pegler *et al.*, 2024).

Portanto, nos casos em que essas preocupações são levadas em consideração,

... as áreas naturais protegidas oferecem oportunidades únicas para a (re)aproximação das pessoas aos ambientes naturais, aliando conhecimento, reflexões, desafios, afetividade, curiosidade, imaginação e noção de pertencimento, o que facilita o cumprimento dos objetivos da educação ambiental e da conservação da natureza (Vasconcellos, 2006, p. 14-15).

Os benefícios proporcionados pelas áreas naturais podem e devem ser usufruídos por meio de atividades de ecoturismo, as quais devem considerar aspectos como a utilização sustentável do patrimônio

natural e cultural, o estímulo à sua conservação, o desenvolvimento da educação e da interpretação ambiental, além da promoção do bem-estar das populações (Brasil, 2008). Dessa maneira, "o ecoturismo assenta-se no tripé: interpretação, conservação e sustentabilidade" (Brasil, 2008, p. 18.), e é fundamental conhecer os ambientes, proteger a biodiversidade e possibilitar formas de uso sustentáveis que assegurem a melhoria de qualidade de vida para as populações locais.

Segundo Cotes (2018), a realização de atividades em ambientes naturais pode contribuir para a revisão dos valores e das atitudes dos indivíduos em relação à natureza, nas quais a educação ambiental desempenha papel extremamente relevante.

Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (Política Nacional de Educação Ambiental – Lei nº 9795/1999, art. 1º).

Nesse universo,

o turismo apresenta-se como uma forma de promover o bem-estar social na medida em que se consiga não impedir, negar, limitar ou condicionar o acesso aos bens, equipamentos, atrativos e serviços turísticos, de modo a garantir a igualdade de direitos e condições aos cidadãos. Ou seja, um turismo social (Brasil, 2006, p. 3).

No Brasil, continua sendo um desafio assegurar a igualdade de direitos e as condições necessárias para que as PcDs possam desfrutar dos benefícios do contato com a natureza e das atividades de ecoturismo.

Segundo o censo do IBGE (2010), 24% da população, o que corresponde a cerca de 45 milhões de pessoas, tinham alguma deficiência ou incapacidade (IBGE, 2012). Deste quantitativo, 58% possuíam deficiências visuais, 16% deficiência auditiva, e pouco mais de 4% apresentavam comprometimentos mentais e/ou intelectuais (Instituto EcoBrasil, 2021). O crescimento significativo da participação de PcD, PcDI e pessoas com mobilidade reduzida no turismo traz a necessidade de mudanças significativas, não só com relação à acessibilidade, como novas formas de maneira a garantir que esses turistas possam usufruir efetivamente os benefícios dessa atividade em seus variados segmentos (Benjamin *et al.*, 2020).

A acessibilidade deve ser analisada de forma ampla, pois afeta toda a cadeia do turismo. Na busca pela inclusão, o turismo acessível não pode se limitar apenas à eliminação das barreiras físicas, sensoriais, de transporte ou de comunicação, mas deve garantir que ambientes, produtos e serviços possam ser usufruídos em igualdade de condições por qualquer pessoa com ou sem deficiência. Isso, sim, seria um turismo realmente acessível e inclusivo (Carrillo; Boujrouf, 2020).

De acordo com a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015), a definição de acessibilidade está associada às possibilidades e às condições de se alcançar e utilizar, com autonomia e segurança, os espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, a informação e a comunicação, transportes, serviços e instalações abertas ao público (Brasil, 2015).

O documento *Turismo e acessibilidade: manual de orientações* (Brasil, 2006), busca justamente:

orientar e instrumentalizar o setor turístico para a promoção da acessibilidade às pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida (...) aplica-se à edificações de uso público ou coletivo, a vias, praças, logradouros, parques e demais espaços e equipamentos de uso público; a veículos de transporte coletivo (ônibus urbanos e interurbanos, vans, micro-ônibus, trens urbanos e interurbanos, embarcações fluviais e marítimas, e aeronaves); e a portais e endereços eletrônicos destinados à prestação de serviços turísticos (Brasil, 2006, p. 9).

Também destaca que:

projetar a igualdade social pressupõe garantir a acessibilidade a todos independentemente das diferenças, e entender a diversidade como regra e não com exceção. (...) é responsabilidade do MTUR promover a acessibilidade e tratar o assunto em função da abrangência do setor que engloba prestação de serviços, equipamentos e atividades turísticas, e outras áreas, direta e indiretamente" (Brasil, 2006, p. 7).

De acordo com os princípios expostos no documento *Diretrizes para visitação em Unidades de Conservação*, produzido pelo Ministério do Meio Ambiente (2006, p. 13), "a visitação deve ser desenvolvida de forma democrática, possibilitando o acesso de todos os segmentos sociais às Unidades de Conservação".

Cabe ao poder público, por meio do Ministério do Turismo (MTUR), estimular e promover o turismo com enfoque social, garantindo o acesso às PcDs e pessoas com mobilidade reduzida. Em paralelo, devemos também estimular os diferentes atores da cadeia do turismo para que desenvolvam um turismo inclusivo e práticas sociais que possibilitem uma relação natureza/sociedade mais harmônica e sustentável.

O ecoturismo pode ser considerado um caso especial, quando falamos sobre acessibilidade, pois as barreiras e os desafios enfrentados pelas PcDs para participar dessas atividades, especialmente em trilhas com "níveis de dificuldade" mais elevados, podem ser maiores do que os encontrados em outros segmentos turísticos. Além disso, a base ética do ecoturismo também impõe resistências à introdução de equipamentos facilitadores e de infraestrutura em ambientes naturais (Garrod; Fennell, 2021).

Nesse contexto, como um exemplo de proposta/ação que contribui para a inclusão social de PcD e PcDI em áreas naturais, destacam-se as chamadas "trilhas sensoriais", as quais podem ser tanto recreativas quanto educativas, funcionando como relevante ferramenta de educação, interpretação, comunicação e conscientização ambiental, em que a própria paisagem pode ser utilizada como recurso didático (Vasconcellos, 2006). Dessa maneira, o desenvolvimento da percepção do corpo e da flexibilidade, e a ampliação da percepção visual, auditiva, olfativa e tátil no contato com o ambiente, permitem ao indivíduo observar, sentir e integrar elementos da natureza por meio do processo educativo (Oliveira *et al.*, 1999).

Além das trilhas sensoriais, ressalta-se o importante papel das chamadas trilhas adaptadas, geralmente voltadas para cadeirantes e deficientes visuais, bem como de equipamentos específicos, como a cadeira *Julietti* – uma cadeira de rodas especialmente desenvolvida para a prática do montanhismo –, que também contribuem de maneira direta para a acessibilidade e inclusão social em parques naturais.

Apenas a título de ilustração, são apresentadas algumas experiências de cunho inclusivo, já desenvolvidos em UCs no Sudeste e no Sul do Brasil, que foram encontradas no processo de revisão bibliográfica. No estado de São Paulo, destacam-se a Trilha da Vida, trilha sensorial localizada no Parque Ecológico do Guarapiranga, Zona Sul da cidade de São Paulo (Ribeiro, 2015), e a trilha sensorial no Parque Estadual da Serra do Mar – Núcleo Picinguaba, em Ubatuba, na qual os participantes devem percorrer o caminho de olhos vendados e descalços, estimulando, assim, diversos sentidos (Trilha, 2020).

Na cidade do Rio de Janeiro, algumas trilhas contam com estruturas específicas para deficientes visuais, como a trilha sensorial do Parque Estadual da Pedra Branca, a trilha adaptada no Parque Nacional da Tijuca (PARNA Tijuca), percurso destinado a deficientes visuais e cadeirantes, e a trilha adaptada do Parque Natural Municipal Chico Mendes (PNMCM). Ainda no estado do Rio de Janeiro, aponta-se a trilha sensorial no jardim sensorial do Parque Nacional do Itatiaia, em Itatiaia, além da trilha sensorial e do jardim sensorial da Reserva Ecológica Guapiaçu (REGUA), em Cachoeiras de Macacu, que também levou em consideração questões de acessibilidade. Já em Santa Catarina, destaca-se a trilha sensorial da Cachoeira de Águas Mornas, em Florianópolis (Almeida, 2021).

Ao estimularem a socialização, o uso público em áreas naturais protegidas, o turismo inclusivo, a educação e a percepção ambiental (lúdica e não formal), iniciativas como essas contribuem para a sustentabilidade

do turismo, e auxiliam também o processo de inclusão social do PcD, a valorização das culturas locais, além de serem vistas como atrativos turísticos diferenciados (Pereira, 2021).

Portanto, discutir, analisar e propor novas experiências e metodologias para o ecoturismo inclusivo no Brasil é uma tarefa complexa e necessária. Um número significativo de UCs não tem atividades, planejamento, nem infraestrutura adequada para atender às demandas de PcD e pessoas com mobilidade reduzida (Souza; Ribeiro, 2021), o que torna essa questão extremamente relevante para o turismo no nosso país.

Especificamente no que se refere às UCs localizadas no estado do Rio de Janeiro, torna-se fundamental a elaboração de um diagnóstico sobre as possibilidades de ecoturismo inclusivo e a divulgação dessas informações de maneira clara, acessível e objetiva, rompendo, assim, barreiras de comunicação e contribuindo para uma melhor experiência desses grupos em áreas naturais.

3. Metodologia

De maneira geral, no que diz respeito às questões metodológicas do projeto, destaca-se a coleta de dados secundários (revisão da literatura) e de dados primários (adquiridos empiricamente através de visitas técnicas e atividades práticas nas UCs, e provenientes dos questionários aplicados aos indivíduos envolvidos nessas atividades), os quais, então, são analisados quantitativa (estatística básica) e qualitativamente (análise do discurso) (Silverman, 2001). Nesse sentido, este trabalho pode ser interpretado como um projeto de pesquisa/ação de caráter subjetivo e com forte conteúdo empírico (Feyerabend, 1989).

Buscando atingir os objetivos previamente expostos, foram propostas as seguintes etapas para realização do projeto:

- Fazer levantamentos bibliográficos com base na literatura específica sobre: questão ambiental e relação sociedade-natureza; SNUC; uso público, visitação e turismo em UCs; ecoturismo; educação e percepção ambiental; acessibilidade e turismo inclusivo para PcD, PcDI e pessoas com mobilidade reduzida; ecoturismo inclusivo; trilhas adaptadas; atividades e roteiros sensoriais em UCs; e metodologias voltadas para atividades com PcD em ambientes naturais.
- Realizar diagnóstico sobre a realidade do ecoturismo inclusivo para PcD nas UCs incluídas na categoria "parque" (federais, estaduais e municipais), no estado do Rio de Janeiro, com base em levantamentos de dados secundários, obtidos a partir das informações disponíveis nos sites virtuais dos parques naturais, assim como em dados primários, gerados com a realização de visitas técnicas nessas áreas.
- Publicar o *Guia sobre Ecoturismo Inclusivo para PcD no Estado do Rio de Janeiro*, material informativo voltado para a divulgação desta temática e no sentido de evidenciar as possibilidades existentes quanto à realização de atividades por PcD em parques naturais no estado. Vale destacar que, especificamente no que se refere aos parques naturais municipais, devido à quantidade elevada de UCs dessa categoria distribuídas nos 92 municípios do estado, o recorte por hora proposto restringe-se aos parques naturais municipais da cidade do Rio de Janeiro).
- Propor e desenvolver metodologias, ações, estratégias e roteiros direcionados para o ecoturismo inclusivo, os quais serão testados em UCs pré-definidas. No momento atual, sugere-se o diálogo quanto metodologias destacadas em documentos como: o *Manual de boas práticas de acessibilidade em ecoturismo e turismo de aventura* (Abeta; MTUR, 2010); o guia intitulado *A natureza pode ser para todas as pessoas: guia para acessibilidade em Unidades de Conservação* (Souza; Ribeiro, 2021); o projeto Turismo Acessível RJ: acessibilidade do turismo no estado do Rio de Janeiro, desenvolvido com apoio da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO); as cartilhas

produzidas pelo “Programa Turismo Acessível: um Brasil onde todos podem viajar”, vinculado ao Ministério do Turismo; bem como as principais normas técnicas, resoluções, decretos e leis referentes à acessibilidade e inclusão social de PcD e pessoas com mobilidade reduzida no Brasil.

- Realizar atividades práticas de ecoturismo, com PcD e pessoas com mobilidade reduzida, em parques naturais.
- Aplicar questionários após as atividades, com o intuito de levantar dados sobre a percepção dos envolvidos, além de críticas e sugestões em relação às metodologias e práticas adotadas – análises quantitativas e qualitativas dos dados.
- Realizar seminários, palestras, *workshops* e cursos de extensão sobre a temática do ecoturismo inclusivo para condutores, monitores e guias que atuem nessas UCs, assim como para o *trade* turístico em geral.

Cabe ressaltar que, como o projeto se encontra em andamento, algumas das metodologias propostas ainda não foram desenvolvidas. Até setembro de 2024, destacam-se a realização de revisões bibliográficas, o levantamento das UCs (categoria “parque”) localizadas no estado do Rio de Janeiro, a elaboração da identidade visual do projeto (Figura 1), o desenvolvimento da ficha de avaliação dos parques, a realização de visitas técnicas para elaboração do diagnóstico, a formalização de parcerias e a utilização de mídias sociais para divulgação de informações sobre ecoturismo inclusivo nas UCs já visitadas.

Figura 1 - Identidade visual do projeto Ecoturismo Inclusivo para PCDs



Fonte: Elaborado pelo autor.

O logotipo, exposto na Figura 1, assume importante papel como identidade visual do projeto e está presente em todos os documentos produzidos, nos banners e slides de apresentações, bem como nas camisas (uniformes) da equipe.

No formulário elaborado para realização dos diagnósticos, foram levantadas questões relativas à existência de infraestrutura voltada para PcD, como: banheiro adaptado, vagas de veículos reservadas, rampas de acesso, trilhas adaptadas, comunicação inclusiva etc., bem como as condições de manutenção desses equipamentos. Também foram observados os potenciais existentes para o desenvolvimento de ações, estruturas e trilhas inclusivas, além de questões aplicadas à equipe gestora (Figura 2).

Figura 2 - Ficha de Avaliação: Ecoturismo Inclusivo em UCs

Ficha de Avaliação - Ecoturismo Inclusivo em UCs
Nome da UC:
Localização:
Esfera:
Data da visita:
Presentes na atividade:
Existe trilha adaptada para PCDs? [] sim. [] não. OBS:
Existe outra infraestrutura voltada para PCDs? [] banheiros adaptados, Quantos? _____ [] vagas reservadas [] elevador [] informações/comunicação voltada para PCDs [] outros OBS:
Condições das infraestruturas existentes: [1] excelente [2] bom [3] ruim [4] sem manutenção [5] fechado [] banheiros adaptados [] vagas reservadas [] elevador [] informações/comunicação voltada para PCDs [] outros OBS:
Existem ações e projetos voltados para PCDs? [] sim [] não Quais? Desde quando? OBS:
Existem dados sobre a visita por PCDs? [] sim [] não OBS:
Existem trilhas potenciais para serem adaptadas? [] sim [] não Quantas? _____ Quais?
Centro de visitantes pode ser adaptado? [] sim [] não OBS:
Questões para a equipe gestora da UC: - Qual a postura / posição da equipe gestora do Parque em relação ao ecoturismo inclusivo para PCDs? - Existe interesse no desenvolvimento de projetos, ações e / ou infraestrutura voltados para o ecoturismo inclusivo para PCDs? - Quais são as principais dificuldades encontradas para a inclusão de PCDs na UC? - Existem ações e projetos voltados para PCDs na UC? Quais?
Observações gerais:

Fonte: Elaborado pelo autor.

No intuito de otimizar o trabalho nessa etapa do projeto, especificamente no que concerne ao diagnóstico dos parques, realizou-se um recorte espacial incluindo apenas as UCs (categoria "parque"), localizadas no município do Rio de Janeiro. Foram identificados 17 parques, os quais se tornaram o foco principal das visitas técnicas. Já foram realizados diagnósticos em sete parques naturais: Parque Nacional da Tijuca (PARNA Tijuca); Parque Estadual do Grajaú (PEG); Parque Natural Municipal da Prainha (PNMP); Parque Natural Municipal de Grumari (PNMG); Parque Natural Municipal Bosque da Barra (PNMBB); Parque Natural Municipal Chico Mendes (PNMCM); e Parque Natural Municipal de Marapendi (PNMM). Destaca-se que, fora do recorte espacial apresentado, também foram realizadas visitas técnicas ao Parque Nacional da Serra dos Órgãos (PARNASO) e ao Parque Natural Municipal Montanhas de Teresópolis (PNMMT), ambos situados no município de Teresópolis/RJ, totalizando nove UCs visitadas que geraram os resultados parciais apresentados.

4. Resultados e discussão

Como evidenciado anteriormente, de acordo com o SNUC (Brasil, 2000), atividades educativas, recreativas e de interpretação ambiental devem ser promovidas pelas equipes gestoras das UCs, nas quais a visitação, o uso público e o turismo desempenham relevante papel. Portanto, um efetivo planejamento da atividade turística em parques naturais torna-se ponto crucial na busca pela aproximação na relação sociedade/natureza e pela conservação da biodiversidade.

Com base nos resultados obtidos e a partir da metodologia adotada, o ecoturismo apresenta-se como um dos segmentos turísticos de maior destaque no cenário atual. As trilhas adaptadas, as estações e atividades sensoriais e os equipamentos específicos – voltados para PcD, PcDI e pessoas com mobilidade reduzida – possuem grande potencial para trabalhar a percepção e a educação ambiental de maneira lúdica e não formal, assim como contribuem para a inclusão de grupos tradicionalmente excluídos das áreas naturais.

No Brasil, as atividades de ecoturismo voltadas para os grupos em questão ainda são incipientes e os trabalhos acadêmicos sobre a temática também são restritos. Portanto, projetos, ações, estruturas e roteiros direcionados para a inclusão de PcDs podem ser interpretados como produtos turísticos inovadores e diferenciados.

Dentre os parques visitados, apenas o PARNA Tijuca e o PNMCM contavam com trilhas adaptadas voltadas para cadeirantes e deficientes visuais (com largura mínima necessária para o deslocamento de cadeiras de roda, corda-guia e placas em braile voltadas para deficientes visuais) (Figura 3). Esses parques também foram os únicos que possuíam equipamentos específicos para inclusão de PcD, como a cadeira *Julietti* (PARNA Tijuca) e uma cadeira de rodas adaptada para solos arenosos (PNMCM). Destaca-se que a manutenção das trilhas adaptadas, com podas na vegetação no entorno da trilha, retirada de galhos e raízes do caminho etc., é fundamental para o efetivo funcionamento das trilhas. No caso do PNMCM, a manutenção estava deficiente, com placas quebradas e vegetação invadindo a trilha e cobrindo a corda-guia. Destaca-se ainda que, no PARNASO, a “trilha suspensa” pode ser utilizada por cadeirantes, embora não tenha sido planejada com esta finalidade.

Figura 3 - Estruturas voltadas para inclusão e acessibilidade no PARNA Tijuca e PNMCM



Fonte: Elaborado pelo autor.

Foram observadas também que as características geomorfológicas das UCs permitem maior ou menor potencial para a implementação de trilhas adaptadas. Por estarem em área de planície e em ambiente de restinga, o PNMM, PNMCM e PNMBB possuem maior facilidade para a adaptação das trilhas e grande potencial para o desenvolvimento de trilhas sensoriais.

Já no caso do PEG, a alta declividade e a grande quantidade de rochas, blocos e raízes nas trilhas dificultam consideravelmente qualquer proposta de intervenção para implementação de trilhas adaptadas. Em contrapartida, na área de uso público voltada para piqueniques, e confraternizações (com relevo majoritariamente plano), notam-se estruturas bastante interessantes como rampas de acesso, corrimões e dois banheiros adaptados, características que contribuem para a inclusão efetiva dos grupos citados.

Em relação aos banheiros adaptados, oito dos nove parques visitados possuíam ao menos um adequado, e, geralmente, estavam localizados nos centros de visitantes. Todavia, em alguns casos, como no PNMBB e no PNMP, a manutenção era deficiente, com equipamentos interditados. O único parque sem banheiro adaptado foi o PNMCM, apesar de contar com uma trilha adaptada. Essas incongruências são prejudiciais para a experiência das PcD nas UCs. É importante destacar que apenas o PARNA Tijuca, o PARNASO e o PNMP apresentaram vagas de veículos reservadas.

Defende-se, neste artigo, que a existência de trilhas adaptadas não seria uma obrigatoriedade para que uma UC possa ser considerada inclusiva; outros mecanismos, como placas em braile, equipamentos para audiodescrição, maquetes em alto relevo, jardins sensoriais, rampas de acesso, vagas de veículos reservadas, banheiros adaptados, equipe capacitada para atendimento etc. podem contribuir para uma melhor experiência por parte de PcD, PcDI e pessoas com mobilidade reduzida. Nesse sentido, as particularidades existentes em cada UC devem ser levadas em consideração no planejamento das atividades, estruturas, trilhas e roteiros destinados aos grupos citados.

Pode-se destacar duas pesquisas internacionais que desenvolveram questionamentos e metodologias semelhantes às propostas neste projeto. No primeiro caso, Hernández *et al.* (2019) conduziram uma investigação no Centro de Ecoturismo El Arcotete, em Chiapas, no México, para analisar a percepção dos visitantes sobre a relação entre acessibilidade e turismo. Eles aplicaram questionários a turistas e prestadores de serviço e caracterizaram a infraestrutura existente. Com isso, observaram que as barreiras à acessibilidade eram físicas, com a falta de rampas e corrimões etc.; ambientais, com trechos íngremes, e sociais, com o design da infraestrutura e serviços que não consideravam as necessidades das PcD. Após as análises, concluíram que a percepção da acessibilidade estava principalmente relacionada com as possibilidades de mobilidade e apreciação da paisagem.

No segundo caso, Pasca *et al.* (2022) conduziram uma pesquisa empírica e quantitativa na região do Lazio, na Itália, com o objetivo de destacar os pontos fortes e os aspectos a serem melhorados nas áreas naturais protegidas para promover e incentivar o turismo acessível e inclusivo. Para isso, utilizaram dados secundários sobre as áreas e os serviços disponíveis, além de dados primários obtidos por meio da aplicação de questionários. Com base nos resultados, concluíram que, embora as áreas naturais abordadas oferecessem serviços básicos e essenciais, como trilhas sinalizadas, banheiros adaptados e infraestruturas facilitadoras, uma limitação evidente estava relacionada com as barreiras de comunicação. Destacaram, então, a necessidade de investimento na formação de pessoal capacitado para atender às demandas das PcDs, bem como a importância da atualização contínua das informações nos sites virtuais dos parques naturais. Ambas as pesquisas obtiveram resultados, os quais, de certa forma, dialogam com os resultados parciais atingidos pelo projeto.

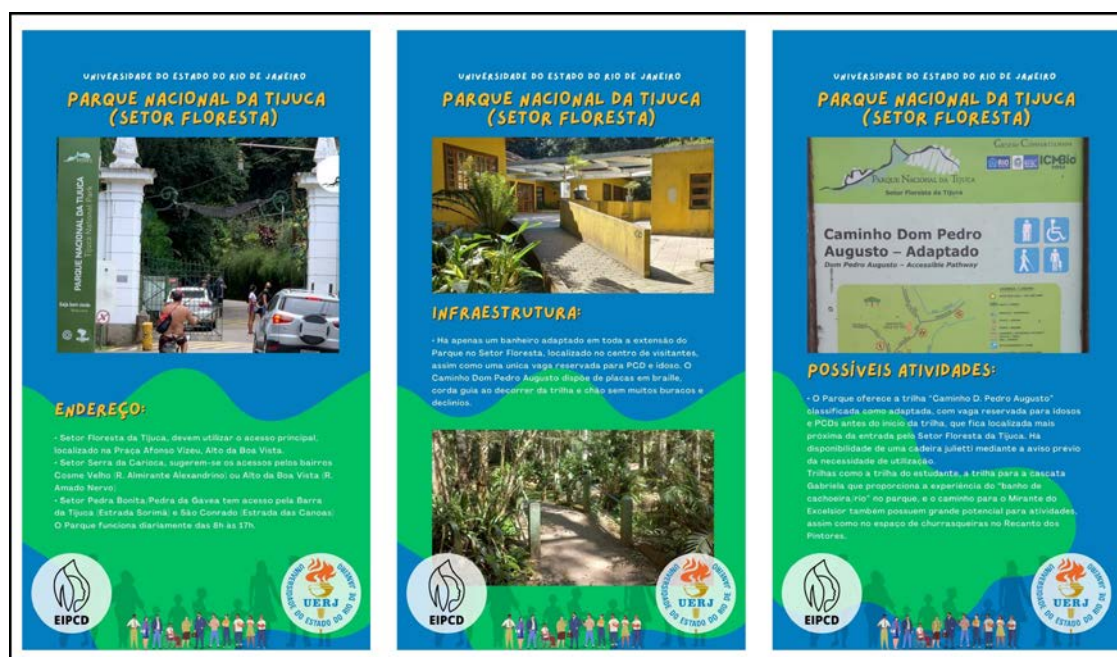
Com base nos dados obtidos a partir das visitas técnicas, foi iniciada a divulgação de informações sobre as realidades do ecoturismo inclusivo para PcD, PcDI e pessoas com mobilidade reduzida nessas UCs. Foi elaborado um layout de apresentação lúdico e adequado para publicações nas mídias sociais, como exemplificado na Figura 4, referente ao PARNA Tijuca.

As parcerias são fundamentais para que o objetivo associado às atividades práticas nas UCs possa ser atingido. Neste sentido, foram estabelecidas parcerias com as seguintes iniciativas:

- Associação Síndrome de Down de Teresópolis (ASSIND/Teresópolis);
- Casa de Convivência Nossa Senhora Mãe do Belo Amor (voltada para PcD), no município do Rio de Janeiro;
- Projetos de extensão "Trilhas e roteiros sensoriais como instrumentos de sensibilização e educação ambiental no estado do Rio de Janeiro" (DTUR/UERJ), "Partiu Trilha UERJ – DTUR: o ecoturismo e a relação sociedade-natureza", "Ir e Ver: o turismo pedagógico como ferramenta de apoio ao ensino médio" (DTUR/UERJ);
- Empresa Junior Versátil (DTUR/UERJ);
- Associação Carioca de Turismo de Aventura (ACTA);
- PARNA Tijuca.

Busca-se, ainda, concretizar parcerias com a Universidade Aberta da Terceira Idade (UNATI/UERJ), a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do Rio de Janeiro (APAE/RJ), o Instituto Nacional de Educação dos Surdos do Rio de Janeiro (INES/RJ), além de outras instituições e associações voltadas para PcD e idosos.

Figura 4 - Exemplo de publicação elaborada para as mídias sociais (PARNA Tijuca)



Fonte: Elaborado pelo autor.

Em relação aos esforços de divulgação da temática, em dezembro de 2023, por meio do projeto, ocorreu o I Seminário sobre Ecoturismo Inclusivo para Pessoas com Deficiência e Mobilidade Reduzida na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

O início das atividades práticas, com os grupos de PcD e pessoas com mobilidade reduzida, está previsto para o segundo semestre de 2024. Torna-se importante evidenciar que a principal limitação encontrada para a realização dessas atividades consiste na dificuldade de viabilizar o transporte dos grupos para as UCs, cujo acesso por transporte público é, por vezes, deficiente. Uma possibilidade de solução para essa questão consiste na busca por apoios e parcerias específicas que possam suprir essa demanda, como empresas de ônibus de turismo e de transporte escolar (parcerias ainda não realizadas).

Como próximos passos, destacam-se a continuidade das visitas técnicas para avaliação dos parques, divulgação de informações sobre ecoturismo inclusivo para PcD nas mídias sociais, formalização de parcerias, desenvolvimento de atividades de ecoturismo com os grupos de PcD, PcDI e pessoas com mobilidade reduzida, publicação de um guia sobre ecoturismo inclusivo no município do Rio de Janeiro, que, posteriormente, pode ser ampliado para o estado, e a realização do segundo seminário sobre ecoturismo inclusivo.

Ao se trabalhar com o uso público em áreas naturais protegidas, ecoturismo, trilhas sensoriais e turismo inclusivo, o conceito de sustentabilidade é abordado, e há um diálogo para a implementação da Agenda 2030 no setor de turismo. É possível observar a proximidade das metodologias e ações com os ODS (ONU, 2015), destacando-se, principalmente, os seguintes: 3) Boa saúde e bem-estar: atividades físicas e sensoriais em ambientes naturais, com grupos de diferentes faixas etárias, perfis e também com pessoas com síndrome de Down; 4) Educação de qualidade: ações de educação ambiental para alunos de escolas/universidades públicas e privadas e trabalhos com pessoas com deficiência; 10) Desigualdades reduzidas: atividades gratuitas de visitação em parques naturais possibilitando a socialização do ecoturismo e o turismo inclusivo; 15) Vida na Terra: promoção do uso público sustentável em áreas naturais contribuindo para a manutenção da biodiversidade; e 16) Paz, justiça e instituições fortes: trabalho com as comunidades locais e participação nos conselhos consultivos de parques naturais.

Portanto, mesmo que ainda se tenha apenas resultados parciais, observando os objetivos e ações propostas no projeto, nota-se a relação entre ensino/pesquisa/extensão, com integração entre conhecimentos teóricos e práticos e o desenvolvimento de competências técnico-científicas voltadas para o uso público sustentável de áreas naturais protegidas, a inclusão social e a democratização do ecoturismo para PcD, PcDI e pessoas com mobilidade reduzida, assim como a conservação da biodiversidade e, de forma mais ampla, para uma maior aproximação na relação sociedade/natureza.

5. Considerações finais

As metodologias e os resultados ilustrados neste artigo puderam contribuir para o estimular a democratização do ecoturismo, o uso público em áreas naturais protegidas e o turismo inclusivo por meio de práticas sustentáveis, como as trilhas sensoriais e as trilhas adaptadas, que atuam na educação e percepção ambiental (lúdica e não formal), auxiliam no processo de inclusão social de PcD, valorizam as culturas locais e podem ser vistas como atrativos turísticos diferenciados. Este é um campo de pesquisa e de mercado inovador, fértil e ainda pouco explorado e discutido no universo do turismo no Brasil.

O estado do Rio de Janeiro se destaca por uma significativa quantidade de UCs (federais, estaduais e municipais), dentre as quais é possível notar situações diversas no que se refere à existência de projetos/ações ou infraestruturas voltadas para a inclusão de PcD. Torna-se fundamental a realização de um diagnóstico da realidade da inclusão social desses grupos nas UCs do estado. Esses resultados podem vir a auxiliar e embasar tomadas de decisão, elaboração de políticas públicas e planejamento de ações

para que esses grupos possam, de fato, ter o direito de acessibilidade garantido, usufruindo, assim, efetivamente dos benefícios da aproximação na relação sociedade/natureza e do contato com ambientes naturais.

Portanto, acredita-se que a iniciativa aqui apresentada foi capaz de estimular práticas sociais que contribuíram para uma relação sociedade/natureza mais harmônica e sustentável, aproximando as populações humanas das áreas naturais, permitindo a inclusão social e apoiando o uso público associado à manutenção da biodiversidade nos parques naturais no estado do Rio de Janeiro.

Referências

ALMEIDA, S. Acessibilidade para deficientes visuais: 5 trilhas sensoriais no Brasil. 18 jun. 2021. Disponível em: <https://viaje-comacessibilidade.com.br/acessibilidade-para-deficientes-visuais-5-trilhas-sensoriais-no-brasil/>. Acesso em: 8 out. 2021.

ANDRÉ, J. V. **Turismo**: fundamentos e dimensões. 8. ed. São Paulo: Ática, 2000. 216 p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EMPRESAS DE ECOTURISMO E TURISMO DE AVENTURA; BRASIL. Ministério do Turismo. **Manual de boas práticas**: acessibilidade em ecoturismo e turismo de aventura. 1. ed. Belo Horizonte: ABETA, 2010. 40 p. (Série Aventura Segura, v. 11).

BARROS, M. I. A. **Caracterização da visitação, dos visitantes e avaliação dos impactos ecológicos e recreativos do planalto do Parque Nacional do Itatiaia**. 2003. Dissertação (Mestrado em Recursos Florestais) – Escola Superior de Agricultura, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

BENJAMIN, S.; BOTTONE, E.; LEE, M. Beyond accessibility: exploring the representation of people with disabilities in tourism promotional materials. **Journal of Sustainable Tourism**, v. 29, n. 2-3, p. 295-313, 27 apr. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1080/09669582.2020.1755295>. Acesso em: 22 maio 2022.

BOO, H. O. Planejamento ecoturístico para áreas protegidas. In: LINDBERG, K.; HAWKINS, D. E. (org.). **Ecoturismo um guia para planejamento e gestão**. Tradução: Leila Cristina M. de Darin. 2. ed. São Paulo: Senac, 1999. 212 p.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 152, n. 127, p. 2, 7 jul. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 22 maio 2022.

BRASIL. Lei nº 9.975, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 135, n. 79, 28 abr. 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm. Acesso em: 21 jan. 2016.

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 137, n. 138, 19 jul. 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9985.htm. Acesso em: 12 maio 2012.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Diretrizes para visitação em unidades de conservação**. Brasília: MMA, 2006. 61 p. (Áreas Protegidas do Brasil, 3).

BRASIL. Ministério do Turismo. **Ecoturismo**: orientações básicas. Brasília: Ministério do Turismo, 2008. 60 p.

BRASIL. Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. **Turismo e acessibilidade**: manual de orientações. 2. ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2006. 294 p.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo acessível**: conheça o programa. [Brasília]: Ministério do Turismo, 2021. 56 p. Disponível em: https://turismoacessivel.gov.br/ta/downloads/sobre/Cartilha_Versao_Final.pdf. Acesso em: 13 abr. 2024.

BRASIL. Ministério do Turismo; ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Turismo acessível**: mapeamento de atrativos, empreendimentos, produtos e serviços acessíveis. [Brasília: s. n.], 2023. 80 p. (Documento técnico, produto 1). Disponível em: <https://ricardoshimosakai.com.br/wp-content/uploads/2023/06/Mapeamento-de-Atrativos-Empreendimentos-Produtos-e-Servicos.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2024.

CARRILLO, M. J. M.; BOUJROUF, S. Turismo accesible para todos: evaluación del grado de accesibilidad universal de los parques y jardines de Marrakech. **PASOS Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, v. 18, n. 1, p. 57-81, ene./mar. 2020. DOI: <https://doi.org/10.25145/j.pasos.2020.18.004>. Acesso em: 16 nov. 2021

COTES, M. Trilha interpretativa: uma ferramenta à sensibilização. **Motricidade**, v. 14, p. 78-84, 2018. Supl. DOI: <https://doi.org/10.6063/motricidade.16242>. Acesso em: 18 out. 2020.

FEYERABEND, P. **Contra o método**. Rio de Janeiro: Ed. Francisco Alves, 1989.

GARROD, B.; FENNELL, D. A. Strategic approaches to accessible ecotourism: small steps, the domino effect and not paving paradise. **Journal of Sustainable Tourism**, v. 31, n. 3, p. 760-777, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1080/09669582.2021.2016778>. Acesso em: 3 mar. 2023.

HERNÁNDEZ, A. M. C.; BALTAZAR, E. B.; ENRÍQUEZ, P. L.; RÍOS, R. M. Percepción del turismo accesible para personas con discapacidad, el caso del Centro Ecoturístico El Arcotete, Chiapas, México. **El Periplo Sustentable**, n. 37, p. 222-240, jul./dic. 2019. DOI: <https://doi.org/10.36677/elperiplo.v0i37.9215>. Disponível em: <https://rperiplo.uaemex.mx/article/view/9215/10493>. Acesso em: 13 abr. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

INSTITUTO ECOBRASIL. Trilhas para pessoas com necessidades especiais. [2021]. Disponível em: <http://www.ecobrasil.eco.br/30-restrito/categoria-conceitos/1283-trilhas-pessoas-com-necessidades-especiais>. Acesso em: 5 jun. 2021.

OLIVEIRA, R. T.; BLOOMFIELD, V. K. Trilha autoguiada: proposta de implantação e interpretação na Floresta Nacional Mário Xavier Sandra Regina da Costa. **Floresta e Ambiente**, v. 6, n. 1, p. 138-143, jan./dez. 1999.

PASCA, M. G.; ELMO, G. C.; ARCESE, G.; CAPPELLETTI, G. M.; MARTUCCI, O. Accessible tourism in protected natural areas: na empirical study in the Lazio Region. **Sustainability**, v. 14, n. 3, 2022. DOI: <https://doi.org/10.3390/su14031736>. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2071-1050/14/3/1736>. Acesso em: 13 abr. 2024.

PEGLER, G. F.; LEMOS, C. C.; RANIERI, V. E. L. Exploring the application of environmental impact assessment to tourism and recreation in protected areas: a systematic literature review. **Environment, Development and Sustainability**, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10668-024-04532-6>. Acesso em: 30 ago. 2024.

PEREIRA, T. F. P. D. **Conflitos sócio-ambientais nos Parques Naturais Municipais da Prainha e Grumari – Maciço da Pedra Branca – RJ**. 2012. 332 p. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências, Departamento de Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

PEREIRA, T. F. P. D. Sensory trails and routes as instruments for environmental education and social inclusion in the state of Rio de Janeiro - Brazil. In: INVTUR INTERNATIONAL CONFERENCE "TOURISM AND THE SUSTAINABLE DEVELOPMENT GOALS: FROM THEORY TO PRACTICE", 5., 2021, Aveiro, Portugal. **Proceedings** [...]. Aveiro, Portugal: UA Ed., 2021.

PERRER, D. **Modern environmentalism**: an introduction. 2. ed. New York: Routledge, 1996.

RIBEIRO, P. Explore os sentidos na Trilha da Vida, no Parque Ecológico do Guarapiranga. 22 set. 2015. Disponível em: <https://passeiosbaratosem.sp.com.br/explore-os-sentidos-na-trilha-da-vida-no-parque-ecologico-do-guarapiranga/>. Acesso em: 9 out. 2020.

SILVERMAN, D. **Interpreting qualitative data**: methods for analysing talk, text and intection. 2nd. ed. London: SAGE Publications, 2001. 344 p.

SOUZA, R. G. R.; RIBEIRO, K. T. **A natureza pode ser para todas as pessoas**: guia para acessibilidade em Unidades de Conservação. São Paulo: Instituto Semeia, 2021. 64 p.

TRILHA sensorial núcleo Picinguaba. 2020. Disponível em: <https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/pesm/atividade/trilha-sensorial/>. Acesso em: 07 out. 2020.

UNITED NATIONS. **Transforming our world**: the 2030 agenda for sustainable development. [S. l.], 2015. 40 p. Disponível em: http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/70/1&Lang=E. Acesso em: 16 jun. 2019.

VASCONCELLOS, J. M. O. Educação e interpretação ambiental em Unidades de Conservação. **Cadernos de Conservação**, v. 3, n. 4, p. 1-86, 2006.

Sobre o autor

Thiago Ferreira Pinheiro Dias Pereira

Tem mestrado e doutorado em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e é bacharel e licenciado também em Geografia pela mesma universidade. É professor-adjunto e chefe do Departamento de Turismo do Instituto de Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (DTUR/IGEOG/UERJ) e professor do Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Desenvolvimento Territorial da mesma instituição. Tem experiência na área de Geociências, atuando principalmente nos seguintes temas: ecologia de paisagem, fragmentação florestal, biogeografia e indicadores funcionais globais. Nas áreas das ciências humanas e sociais aplicadas, desenvolve estudos sobre gestão e uso público em unidades de conservação (UCs), resolução de conflitos de interesse, relações sociedade-natureza, ecoturismo, turismo de base comunitária, trilhas sensoriais e turismo inclusivo para as pessoas com deficiência (em ambientes naturais), e coordena dois projetos de extensão, que visam estimular e socializar experiências de ecoturismo e trilhas sensoriais em UCs do estado do Rio de Janeiro. Desde 2013, realiza pesquisas sobre Turismo de Drogas, e é um dos pioneiros nos estudos sobre o tema no cenário brasileiro. Também coordena o Núcleo de Estudos sobre Turismo de Drogas, vinculado ao DTUR/UERJ. <http://lattes.cnpq.br/9901291785546651>.